

# Relator confirma que projeto terá gatilhos

O relator do projeto do arcabouço fiscal na Câmara, deputado Cláudio Cajado (PP-BA), confirmou ontem que o texto que será apresentado por ele terá previsão de acionamento de gatilhos para garantir o cumprimento das metas fiscais. A declaração foi feita após reunião com o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, e com o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL).

– Essa questão de você ter medidas, gatilhos e enforcement é necessária – disse Cajado.

Um dos pontos mais criticados da proposta enviada pelo governo é que o não cumprimento da meta fiscal não implicaria nenhuma punição ao presidente, à exceção de um aperto maior no limite de ampliação das despesas no ano seguinte. A tendência é que, na versão que será levada a plenário, sejam incluídos gatilhos de bloqueio de gastos, como restrições a novas renúncias fiscais e a despesas com funcionalismo e concurso público, por exemplo.

De acordo com Cajado, porém, não haverá a inclusão de crime de responsabilidade no texto.

– Essa parte de criminalização, essas outras questões, elas ficam de fora do texto até porque é outra legislação e nós não estamos nos debruçando sobre ela – alegou.

O texto definitivo foi fechado em uma reunião ontem à noite com os líderes de bancada. Após o encontro, do qual Haddad também participou, Cajado afirmou que um requerimento para votação em regime de urgência será votado amanhã. O projeto em si entrará na pauta na semana que vem.



ZECA REBERG, CÂMARA DOS DEPUTADOS, DIVULGAÇÃO

Cajado diz que é preciso garantir o cumprimento das metas

– O presidente Arthur (*Lira*) vai colocar em urgência na quarta-feira. Para votarmos (*o mérito*) na próxima quarta – afirmou o relator.

## Oposição

Também ontem, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva avisou que não vai aceitar oposição do PT ao arcabouço fiscal. O aviso foi dado durante reunião com ministros da coordenação de governo e líderes da Câmara e do Senado, no Palácio do Planalto.

Lula afirmou que, mesmo não havendo acordo para o projeto do jeito que o PT gostaria, não admitirá racha em seu partido. Na prática, dissidentes podem até perder indicações no governo e ficar de fora de Comissões Parlamen-

tares de Inquérito (CPIs). Dos 37 ministérios, 10 são comandados por filiados ao PT.

Para Lula, o mais importante é manter intacta, no projeto, a política de valorização do salário mínimo, o Bolsa Família e o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb). Na força-tarefa montada por Lula para aprovar o arcabouço, Haddad ficou encarregado de enviar integrantes de sua equipe técnica para explicar a deputados o impacto das medidas.

Ao mesmo tempo, o ministro das Relações Institucionais, Alexandre Padilha, terá conversas com líderes de partidos que integram a base aliada, como MDB e PDT, e também com os que se declaram independentes, como União Brasil, PSD, Republicanos e Podemos.

**Veículo:** Impresso -> Jornal -> Jornal Zero Hora - Porto Alegre/RS

**Página:** 6